

**ATA DA 7ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC** Data: 12 de novembro de 2025 (quarta-feira)  
Horário: 14h20 às 15h20  
Local: Sede da Associação Comercial e Empresarial de Vargem Alta – ACE

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC, nas dependências da Associação Comercial e Empresarial de Vargem Alta – ACE de Vargem Alta/ES. Estiveram presentes: **Paulo Sérgio Sartori de Oliveira** (titular da Secretaria Municipal de Controle e Transparência), **Gabriela Fávero de Carvalho** (suplente da Secretaria Municipal de Controle e Transparência), **Carla Regina Leandro Machado** (titular da Secretaria Municipal de Administração), **Flávia Scabelo** (suplente da Procuradoria Geral do Município), **Neuzeli Farias Dalcin** (representante da Associação Comercial e Empresarial de Vargem Alta – ACE) e **Marcelo Marchetti Altoé Passos** (representante titular do SICRED). Registrhou-se a ausência justificada da Sra. **Elma Rodrigues Perciliano Marchioro** (titular da Associação de Desenvolvimento Econômico de Vargem Alta – ADEVA). A reunião foi aberta pela Sra. **Gabriela Fávero de Carvalho**, que deu as boas-vindas aos presentes, confirmou o quórum e consultou os membros sobre eventuais sugestões de pauta. Como não houve manifestações, iniciou a discussão do tema previamente proposto pelo Controle Interno: **Emendas PIX e suas exigências de transparência**. A conselheira apresentou contextualização sobre o tema, distribuindo matérias jornalísticas que evidenciavam a crescente atenção nacional quanto à transparência dessas transferências especiais da União. Explicou que tais recursos, embora simples em sua operacionalização, exigem **rastreabilidade rigorosa** e divulgação acessível à população. Na sequência, Gabriela informou que, no final de outubro de 2025, o Ministro do Supremo Tribunal Federal **Flávio Dino** determinou a obrigatoriedade da **publicação retroativa** de todas as Emendas PIX nos Portais da Transparência, sob pena de suspensão dos repasses a partir de 2026. Esclareceu que **Vargem Alta já cumpre integralmente a decisão**, apresentando documentos impressos extraídos do próprio Portal com exemplos de repasses destinados a escolas, creches e demais obras públicas. Em continuidade, a Sra. **Gabriela** detalhou novamente as finalidades das Emendas PIX e reforçou que a adequada divulgação das aplicações é condição indispensável para legitimidade e continuidade dos repasses. O Sr. **Paulo** registrou que, meses antes, a Transparência Internacional divulgou um ranking no qual o Brasil apresentou queda significativa **na percepção do cidadão quanto à corrupção**, — em sua opinião pessoal — pode ter contribuído para o aumento das exigências nacionais quanto à transparência e à rastreabilidade das Emendas PIX. Na sequência, a Sra. **Neuzeli Farias Dalcin**, representante da ACE, destacou a importância da adoção do sistema **e-Docs**, enfatizando benefícios como redução de papel, maior organização dos processos e melhoria na gestão interna. Salientou, ainda, que Vargem Alta se destaca pela clareza das publicações e pela organização do órgão oficial. A Sra. **Flávia Scabelo**, representante da Procuradoria, além de concordar com os apontamentos anteriores, informou que, com a recente nomeação de novos procuradores efetivos, a Procuradoria-Geral do Município passará a indicar esses servidores para representar o órgão no Conselho, substituindo-a e outro colega atualmente ocupantes de cargos em comissão. O Sr. **Paulo** reforçou as falas anteriores e acrescentou que os sistemas informatizados também facilitaram o acesso do cidadão aos serviços virtuais, como emissão de guias, certidões e requerimentos, ampliando a transparência e a participação social. O Sr. Paulo destacou, ainda, os desafios diários enfrentados pelo Controle Interno, que incluem o acompanhamento constante das publicações dos órgãos fiscalizadores, a realização de auditorias e inspeções, a emissão de pareceres técnicos, o atendimento a demandas e respostas aos órgãos de controle externo, o monitoramento e a cobrança das

publicações a serem feitas pelas demais secretarias, bem como o preenchimento de questionários e formulários exigidos para as avaliações anuais realizadas pela ATRICON, Transparência Internacional/Transparência Capixaba e, mais recentemente, pela Controladoria-Geral da União (CGU). Em seguida, explicou que os entes públicos passam anualmente por **duas avaliações oficiais de transparência**: (1) **ATRICON/TCEES** e (2) **Transparência Internacional/Transparência Capixaba**, que analisam áreas essenciais como saúde, educação, orçamento, legislação, LGPD, ouvidoria e, como novidade do ano, o módulo de **adaptação climática**, no qual Vargem Alta obteve **primeiro lugar**. Informou também que o município concorre ao **Selo Diamante** em ambas as avaliações, com resultados previstos para divulgação entre o fim de novembro e o início de dezembro. Encerradas as exposições, o Sr. **Marcelo Marchetti Altoé Passos**, representante do SICRED, questionou quais seriam as perspectivas futuras em relação à atuação dos órgãos fiscalizadores. Em resposta, o Sr. Paulo explicou que o Tribunal de Contas tem ampliado seu foco para além das análises numéricas, passando a verificar a **efetiva aplicação dos recursos na ponta**. Relatou o exemplo apresentado em uma capacitação no TCEES, em que um município, embora cumprisse todos os requisitos da LRF, mantinha uma escola improvisada em uma **igreja rústica de estuque, telhado de palha e piso de terra batida**, enquanto a escola oficial estava fechada por graves avarias e risco de desabamento. O caso demonstrava clara desconexão entre os números e a realidade vivida pela população. O Sr. Paulo informou, ainda, que o Tribunal tem expandido suas fiscalizações para políticas públicas essenciais, como **saúde da mulher, saúde mental, primeira infância, enfrentamento à violência contra a mulher, mobilidade urbana**, entre outras, destacando que a análise tem se tornado mais qualitativa e orientada a resultados. Concluídas as manifestações, o Sr. Paulo destacou a importância de que os membros do Conselho e a sociedade acompanhem as publicações oficiais e forneçam retorno sobre a clareza e utilidade das informações divulgadas. Reforçou que o feedback dos cidadãos é fundamental para aprimorar a transparência pública e a qualidade dos serviços prestados. Solicitou, ainda, que os conselheiros proponham temas e sugestões para serem debatidos nos próximos encontros, contribuindo para o fortalecimento contínuo do controle social e da participação cidadã. Não havendo outras considerações, foi encerrada a reunião às **15h20**, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.